

América Latina sem papel decisivo na globalização

Seminário em Weingarten discutiu situação do continente na política internacional

Geraldo Hoffmann



Harald Barrios, Tübingen: "A continuidade das reformas econômicas no Brasil é decisiva para o processo de integração do Mercosul."

A América Latina esforça-se para participar da globalização da economia, mas não terá papel decisivo nesse processo.

Isso se deve a dois motivos: a região ainda não conseguiu implantar um modelo político capaz de eliminar as enormes desigualdades sociais e investe muito pouco em pesquisa e desenvolvimento. Enquanto os países industrializados investem de 2,5 % a 3 % do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa, esse percentual na América Latina é inferior a 0,2 %.

Esta avaliação foi feita pelo cientista político Manfred Mols, da Universidade de Mainz, na abertura do encontro sobre „América Latina na Política Internacional“, realizado, de 07 a 09 de janeiro passado, pela Academia da Diocese de Rottenburg-Stuttgart, em Weingarten, no sul da Alemanha. Segundo Mols, a nova ordem política internacional está sendo determinada por três pólos: União Européia, América do Norte e região da Ásia-Pacífico. „A América Latina está praticamente excluída dessa tríade“, afirmou. A exceção é o México que, no entanto, não é tão forte quanto o Canadá e os Estados Unidos na NAFTA (Área de Livre Comércio da América do Norte). „Os demais países latino-americanos precisam fortalecer os projetos de integração regional e revitalizar o bolivarianismo“, disse.

Segundo Harald Barrios, do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Tübingen, a integração regional é influenciada por uma série de fatores nacionais e internacionais. Nas décadas de 60 e 70, o processo foi bloqueado pelo nacionalismo e as

políticas protecionistas dos regimes militares. A crise dos anos 80 forçou a redução do estado (com a privatização de estatais) e a abertura ao mercado mundial. A redemocratização derrubou barreiras políticas, impulsionando o chamado „regionalismo aberto“ e a formação de blocos econômicos como o Mercosul.

Barrios ressaltou, porém, que o Mercosul é caracterizado por uma aproximação cautelosa entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O bloco econômico ainda tem as marcas de uma frágil institucionalização supranacional, da dominância dos governos na tomada de decisões e da dependência assimétrica entre os países-membros. O „minimalismo institucional“, porém, tem um lado positivo: „Uma estrutura burocrática mais rígida teria sido detonada pela crise brasileira de 1998/99. A continuidade das reformas econômicas no Brasil é decisiva para o processo de integração“, disse Barrios.

Ele acrescentou que ainda são necessárias „reformas de segunda geração“ e avanços na harmonização das políticas monetária, comercial e fiscal dos países do Mercosul. Segundo Barrios, sobretudo o Brasil precisa equilibrar suas contas públicas para poder financiar as reformas sociais. „Democracia e orientação para a economia de mercado por si só ainda não garantem um maravilhoso mundo novo na América Latina, mas sem elas, um avanço do processo de integração seria inviável“, disse.

O tom geral das palestras e discussões em Weingarten foi de cautela. O professor Andreas Boeckh, do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Tübingen, disse que a América Latina superou os efeitos das recentes crises

econômicas russa e asiática, mas continua vulnerável a turbulências do sistema financeiro internacional. Ele prevê que essa vulnerabilidade ainda persistirá por muito tempo, devido a contradições nas reformas político-econômicas e à baixa taxa de poupança interna. „Alguns governos, como os da Argentina e do Brasil, em vez de tentarem resolver os problemas internamente, tendem a usar âncoras cambiais como base de reformas econômicas, expondo-se ainda mais às atividades especulativas internacionais“, disse.

Essa situação é agrada pelo que chamou de „jogo de cartas marcadas do mercado mundial“. Segundo Boeckh, os países industrializados ditam o ritmo da liberalização da economia, como evidenciam as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMS). Apesar disso, os países latino-americanos esperam poder melhorar sua posição internacional, caso o setor agrícola seja liberalizado na próxima rodada da OMS.

„Mercosul precisa de moeda única“, diz consultor da UE

O diretor do Instituto de Relações Euro-Latino-Americanas (IRELA) de Madrid, Wolf Grabendorf, disse, em Weingarten, que o Mercosul precisa de uma união monetária para se consolidar. “O bloco econômico sul-americano não poderá existir, a longo prazo, sem moeda única. A dolarização geral das economias do continente, proposta pelo ex-presidente argentino, Carlos Menem, não é a solução para concluir o processo de integração”, afirmou Grabendorf.

Segundo o diretor do IRELA, que presta assessoria à Comissão Executiva da União Européia, a introdução de

Lateinamerika in der Internationalen Politik
Weingartener Lateinamerikagespräche
Weingarten (Oberschwaben)
7.-9. Januar 2000
AKADEMIE DER DIÖZESE ROTTENBURG-STUTTART

uma moeda única no Mercosul poderá demorar, no mínimo, dez a quinze anos. „O importante é que as economias dos países-membros sejam saneadas antes da unificação monetária”, disse. Ele lembrou que o lançamento do euro foi precedido por duas décadas de discussões e ajustes econômicos. Hoje o euro não apenas é considerado um modelo para uma eventual união monetária na América Latina. “Alguns governos do Cone Sul já estão captando parte de suas reservas financeiras em euro, para facilitar as transações comerciais com a UE, a partir do ano 2002, quando a moeda única europeia entra em circulação. Com isso, o euro ganha lastro no Exterior e a América Latina torna-se menos dependente dos juros baseados na cotação do dólar norte-americano”, afirmou Grabendorf.

Grabendorf disse ainda que a definição de uma política monetária comum no Cone Sul ganha impulso com a eleição do novo presidente argentino, Fernando de la Rúa, “que sintoniza muito mais com as idéias de Fernando Henrique Cardoso, do que o peronista Carlos Menem”. Ele prevê também que, com a eleição do socialista Ricardo Lagos para a presidência, “o Chile, em breve, será país-membro do Mercosul”. O ingresso do governo chileno no Conselho do Mercado Comum, no final do ano passado, foi avaliado como um passo nessa direção.

Quanto às relações entre a UE e o Mercosul, Grabendorf disse que “a zona de livre comércio entre os dois blocos não será formada antes do ano 2015. Mas, as negociações

que estão sendo iniciadas agora já poderão trazer alguns resultados concretos, daqui a quatro ou cinco anos”. Ele advertiu que uma eventual liberalização do setor agrícola, na próxima rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio, não será a panacéia para os problemas endêmicos da América Latina, como acreditam alguns governantes. “Se a União Européia abrir seu mercado à importação de produtos agrícolas, os países latino-americanos devem aproveitar as divisas das exportações agrárias para intensificar seu processo de industrialização. Concordando com Manfred Mols, Grabendorf disse que a América Latina precisa de tecnologia de ponta no setor industrial para poder competir no mercado mundial.

Relação conflituosa com os EUA

As relações interamericanas encontram-se numa fase conflituosa. É o que disse o professor Stefan Schirm, do Departamento de Relações Internacionais e Integração Européia da Universidade de Stuttgart, no encontro sobre „América Latina na Política Internacional”, em Weingarten. Ele classificou as relações entre América Latina e Estados Unidos, após 1945, em três fases: nos anos 50 e 60, predominou a cooperação com o interesse norte-americano em combater o comunismo, o que fomentou as ditaduras militares. Já nos anos 70 e 80, a América Latina passou a renunciar à ajuda oficial dos EUA, recorrendo aos bancos comerciais para administrar seus

problemas econômicos. Foi o tempo dos discursos pela soberania nacional, por exemplo, do „Brasil grande”.

A terceira fase – a década de 90 – começou com uma aproximação nos campos político e econômico. Mas, nos últimos dois anos, ocorreram conflitos de interesses, como, por exemplo, a rejeição brasileira à formação de uma zona de livre comércio das Américas (ALCA). Segundo Schirm, nesse caso, o Brasil apresentou-se como potência sul-americana, acentuando mais um discurso de autonomia e soberania do que de pragmatismo econômico em relação aos Estados Unidos.

Schirm, que já viveu seis anos no Brasil, vê dois pólos em formação na relações interamericanas: o México e o Chile, mais amigos dos EUA; a Venezuela e parte da elite brasileira, que querem maior independência. No Brasil, alguns ministérios estariam seguindo mais o pragmatismo econômico e outros mais um discurso ideológico terceiro-mundista. Essa divisão das elites nacionais, que não é nova, ocorre também no México e em outros países da região. No caso brasileiro, insistir numa „soberania egoísta” pode prejudicar as ambições do país de se tornar membro-permanente do Conselho de Segurança da ONU. Schirm ressaltou, porém, que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem tido a capacidade de integrar os interesses dos dois grupos da elite. „E, com o novo presidente argentino, Fernando de la Rúa, haverá também um maior equilíbrio de interesses no Mercosul”, disse. ■